

## 1ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI/RJ

A **Dra. Roberta Lima Carvalho**, MMa. Juíza do Trabalho da 1ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ, **FAZ SABER**, a todos quanto possam interessar que será realizada alienação particular pela Leiloeira **TASSIANA MENEZES**, nos termos deste **EDITAL DE ALIENAÇÃO PARTICULAR**, abaixo estabelecidos:

**PROCESSO nº: 0382500-57.2000.5.01.0241** - Ação Trabalhista.

**EXEQUENTE: DEMILSON BARBOSA DOS SANTOS**, CPF: 006.626.267-45;

**EXECUTADOS:**

- **DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS BARÃO DO AMAZONAS LIMITADA - ME**, CNPJ: 28.511.376/0001-80, na pessoa de seu representante legal;
- **GABRIELA PINTO DE ARAÚJO PEREIRA**, CPF: 025.300.367-99;
- **ISABELA PEREIRA BULÇÃO DE FIGUEIREDO**, CPF: 030.011.377-38;
- **JOSÉ EDUARDO BARRA PEREIRA**, CPF: 167.537.396-53;

**INTERESSADOS:**

- **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO RIO DE JANEIRO/RJ;**
- **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ;**

**DO PRAZO PARA PROPOSTAS:** Início em **26/01/2026**, às **10:00hs**, e término em **25/02/2026**, às **10:00hs**. **VALOR MÍNIMO DE PROPOSTAS: R\$ 14.000,00**, correspondente a **50%** o valor da avaliação.

**DESCRIÇÃO DO BEM:** **VEÍCULO MARCA VOLKSWAGEN, MODELO PASSAT VAR 2.0T FSI**, ano de fabricação 2010, ano modelo 2010, cor preta, RENAVAM 220261377, placa KNX-4387, CHASSI WVWPV83C3AE114115.

**INFORMAÇÃO DO AUTO DE AVALIAÇÃO (ID. ea82bd3):** Em bom estado de conservação por fora, mas o carro não dá partida. Está sem funcionar.

**ENDEREÇO DO BEM:** Rua Barão da Torre, n. 514, Apto 102, Ipanema, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.411-002.

**ÔNUS:** A **PENHORA** do bem encontra-se às fls. ea82bd3 dos autos. **Débitos fiscais** no valor total de R\$ 5.912,36, pesquisados até 27/10/2025.

**DEPOSITÁRIO:** Gabriela Pinto de Araújo Pereira, coexecutada.

**Avaliação:** R\$ 28.000,00, em outubro de 2024.

**Débito da ação: R\$ 27.891,80**, em maio de 2024, a ser atualizado até a data da arrematação.

**I - OBRIGAÇÕES E DÉBITOS:** O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado, verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação particular. As despesas e os custos relativos à sua transferência patrimonial, correrão por conta do arrematante. A hipoteca e as penhoras serão extintas com a arrematação, de modo que o arrematante não será obrigado a pagar nenhum valor referente a elas. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os débitos fiscais, os quais serão sub-rogados pelo preço da arrematação (art. 130, caput e parágrafo único, CTN).

**II - PUBLICAÇÃO DO EDITAL E LEILOEIRO:** O edital, com fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado, será publicado na rede mundial de computadores, no portal [www.tassianamenezes.com.br](http://www.tassianamenezes.com.br) (art. 887, §2º, do CPC), local em que as propostas serão ofertadas, sujeitas a posterior apreciação judicial para homologação, e será conduzido pela Leiloeira Oficial, **Sra. Tassiana Menezes de Melo**, matriculada na JUCERJA nº 216, na MODALIDADE ELETRÔNICA.

**III - DA DURAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARTICULAR:** A alienação particular terá um prazo de 30 dias para apresentação de propostas, que deverão ser inseridas no sistema da leiloeira, no portal [www.tassianamenezes.com.br](http://www.tassianamenezes.com.br), que providenciará o protocolo nos autos, para análise de conveniência e oportunidade pelo Juízo, nos termos do art. 2-A, do Ato Conjunto n. 7/2019.

**IV - PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO:** Não havendo mais lances entre os participantes, na forma do art. 895, §§ 7º e 8º do CPC, c/c o art. 2º-A, §1º do Ato Conjunto 7/2019 deste Tribunal, será declarada vencedora a seguinte proposta:

a) a de maior valor à vista, respeitado o preço mínimo estabelecido em edital, com preferência para a que tiver sido apresentada primeiro, em caso de empate;

b) a de maior valor parcelado, respeitado o preço mínimo estabelecido em edital;  
c) em caso de empate entre propostas parceladas de mesmo valor, prevalecerá a que contemplar o menor parcelamento e, persistindo o empate, prevalecerá aquela que tiver sido apresentada primeiro.

**a) À VISTA:** Em caso de proposta vencedora com pagamento à vista, a título de sinal e como garantia, deverá o vencedor efetuar o pagamento de uma primeira parcela de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da venda direta, além dos 5% de comissão, sobre o valor total da compra, a ser pago ao leiloeiro que intermediar a aquisição com o comprador, mediante guia ou boleto bancário emitido por ocasião da homologação da venda direta, à disposição do Juízo em conta judicial na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência nº 2732, vinculado aos autos do processo.

O valor restante deverá ser pago em 24 (vinte e quatro) horas após a homologação da venda direta, também mediante guia ou boleto bancário emitido por ocasião da homologação da venda direta, à disposição do Juízo em conta judicial na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência nº 2732, vinculado aos autos do processo.

**b) PARCELADO (art. 895, CPC):** Propostas de aquisição parcelada (CPC, art. 895), deverão contemplar pagamento de sinal de pelo menos 25% do valor ofertado, além dos 5% de comissão, sobre o valor total da compra, a ser pago a leiloeira e pagamento do saldo em até 30 vezes, com correção mensal pela variação do IPCA, garantia do parcelamento via caução idônea e observância das normas previstas nos parágrafos 4º e 5º do referido artigo em relação a eventual inadimplemento.

Aquele que desistir da compra, ou não efetuar o depósito do saldo remanescente, perderá o sinal dado em garantia em favor da execução e também a comissão paga a leiloeira. Na hipótese de não efetivação do pagamento pelo vencedor, a arrematação será outorgada ao segundo colocado, e assim sucessivamente (sem prejuízo de aplicação de penalidade ao licitante que não honrar o lance ofertado)

**V - COMISSÃO E SEU PAGAMENTO:** A comissão da Leiloeira será de 5% sobre o valor da proposta vencedora, no prazo de 24hs após o encerramento da alienação particular, que não está incluído no valor das propostas, por meio de depósito judicial, na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência nº 2732, vinculado aos autos do processo. Se houver desistência da arrematação, a comissão será devida à Leiloeira.

Se houver acordo após a juntada do edital, é devida a comissão de 2% à Leiloeira sobre o valor acordado, a cargo das partes, a título de compensação pelos trabalhos realizados. Caso haja remissão ou cumprimento da obrigação, o devedor que remiu ou cumpriu a obrigação arcará com a comissão de 2% devida à Leiloeira sobre o valor remido ou pago.

**VI - FALTA DE PAGAMENTO:** O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão da Leiloeira, no prazo aqui estipulado, configurará desistência ou arrependimento por parte do arrematante, podendo este ser impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897, CPC), bem como obrigado a pagar o valor da comissão devida ao Leiloeiro, conforme aqui estabelecido.

**VII - CIENTIFICAÇÃO:** Para fins do quanto disposto no art. 889, e seu parágrafo único, do CPC, ficam cientes as partes, seus respectivos cônjuges ou companheiros, e interessados acima informados ou não, os quais não poderão alegar desconhecimento diante de sua publicidade no sítio eletrônico informado.

Todas as regras e condições gerais de venda do bem e do Leilão estão disponíveis no Portal [www.tassianamenezes.com.br](http://www.tassianamenezes.com.br).

*Este certame é regido pelas normas e penas previstas no Código de Processo Civil, Código Penal, Resolução CNJ nº 236/2016, Decreto nº 21.981/1932 e demais normas aplicáveis, em especial no que diz respeito à inadimplência, desistência, tentativa de impedir ou atrapalhar o certame e reparação de danos.*

*Não constam comunicado nos autos demais débitos, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem móvel penhorado até a presente data.*

Eu, \_\_\_\_\_, diretor(a), conferi.

Niterói/RJ, 27 de outubro de 2025.

**Dra. Roberta Lima Carvalho,**

Juíza Federal